



GT 020. Antropologia dos Povos e Populações Costeiras: Práticas Sociais, Territórios e Conflitos

José Colação Dias Neto (Universidade Federal Fluminense) - Coordenador/a, Francisca de Souza Miller (Universidade Federal do Rio Grande do Norte-UFRN) - Coordenador/a, Cristiano Wellington Noberto Ramalho (Universidade Federal de Pernambuco - UFPE) - Debatedor/a, Marco Antonio da Silva Mello (DAC/IFCS-UFRJ) - Debatedor/a, Leticia D'Ambrosio Camarero (Universidad de la Republica) - Debatedor/a

Grupos sociais que vivem do extrativismo e da agricultura, entre outras activities ? tais como pescadores artesanais e ribeirinhos em geral ? s?o habitantes de regi?es costeiras e historicamente t?m sido impactados por diversos fen?menos. A expans?o metropolitana, os desastres ambientais de grandes propor?es, o turismo em pequena e larga escala, as formas de controle oficial em ?reas de interesse ecol?gico, s?o alguns processos que vem reconfigurando o uso e a ocupa??o de territ?rios costeiros e ribeirinhos no Brasil. Seus efeitos recaem sobre um grande contingente de fam?lias ou de cidades inteiras ? no que diz respeito ?s economias locais, gest?o p?blica e formas de participa??o pol?tica ? ou, com rela??o ?s suas dimens?es mais abrangentes, em maiores escalas, pois tratam-se de fen?menos globais ajustados ?s estruturas contempor?neas de explora??o de recursos naturais, seus modos de produ??o e administra??o e reparti??o de lucros por parte de grandes agentes sociais e mesmo por Estados. Reflex?es sobre o manejo de ecossistemas, as formas de organiza??o pol?tica destas popula?es, suas estruturas econ?micas, bem como os conflitos suscitados por diferentes processos e agentes sociais ? sobretudo ag?ncias estatais, organiza?es n?o governamentais e empresas ? s?o alguns dos aspectos que ser?o discutidos nesta activity.

Aqui não tem mais água e no rio não tem mais peixe: conflitos ontológicos à beira do Piraquê-açu

Autoria: Márcio Antonio Farias de Freitas

A costa do município de Aracruz, no Espírito Santo, é habitada por pescadores, ribeirinhos e populações Tupiniquim e Guarani - onde se encontram as únicas Terras Indígenas desse Estado - que a partir da década de 60 passam a sofrer com diversos impactos causados por duas ontologias modernas e externas às suas próprias, o desenvolvimentismo e o preservacionismo. E como já não bastassem todos os impactos causados por essas, esse cenário foi agravado em decorrência do crime ambiental da Samarco Mineração S/A., ocorrido em Bento Rodrigues, distrito de Mariana - MG, com o rompimento da barragem de Fundão, com 62 milhões de m³ de rejeitos de minério. Além de causar vítimas humanas e não-humanas nesse município, a lama atingiu o rio Doce e, depois de percorrer mais de 650 km, alcançou o oceano Atlântico através de sua foz - no município de Linhares - no Espírito Santo, espalhando-se pelo litoral capixaba, deixando para trás um rastro de destruição, impactando diversos coletivos humanos que vivem ao longo do rio Doce e no litoral do Espírito Santo, e dentre os municípios da costa capixaba impactados por esse crime ambiental destaca-se o município de Aracruz, ao sul de Linhares, estando o rio Piraquê-açu acerca de 50 km de distância da foz do rio Doce. Depois de ter participado da elaboração do plano de manejo da Reserva do Desenvolvimento Sustentável Municipal do Piraquê-açu em 2009, retornei ao entorno dessa unidade de conservação em 2017, na realização de meu work de campo para o doutorado em Antropologia realizado em Portugal, oportunidade em que busco entender como os impactos causados pela chegada da monocultura do eucalipto na década de 60,



a criação da unidade de conservação na década de 80, bem como a contaminação do rio pela lama da Samarco em 2015, afetam a (re)produção material e simbólica de uma comunidade ribeirinha imprensada entre o eucalipto e a unidade de conservação, como se organizam politicamente e reagem a toda essa situação.



Boas Vindas

A Associação Brasileira de Antropologia e a Universidade de Brasília dão as boas-vindas aos participantes da 31ª Reunião Brasileira de Antropologia! O encontro será realizado entre 9 e 12 de dezembro deste ano e traz como temática geral “Direitos Humanos e Antropologia em Ação”.

O início da nossa RBA se fará em contexto que precederá não só o novo governo eleito, como a nova Legislatura. Sua realização em Brasília permitirá dar maior visibilidade aos debates e reflexões antropológicas sobre os Direitos Humanos no Brasil.

Teremos atravessado o ano eleitoral que terá adicionado maior tensão ao atual contexto político. Hoje, estamos diante da crise econômica, do aumento das forças conservadoras e do decréscimo substantivo dos recursos financeiros necessários ao desenvolvimento da ciência e tecnologia, em especial das ciências humanas.

A temática desta Reunião visa refletir sobre a atual situação e o futuro dos Direitos Fundamentais inscritos na Constituição de 1988. Estão em risco os direitos ao reconhecimento e à territorialidade de indígenas, quilombolas e povos tradicionais, e aos direitos ambientais.

Da mesma forma, o Congresso Nacional alcunhou o conceito de gênero, de “ideologia de gênero” e retirou do Plano Nacional de Educação 2014/2020 as referências a procedimentos e medidas educacionais que visavam combater a discriminação de gênero. Deixou-se assim a descoberto no Plano educacional, ganhos importantes das movimentações sociais feministas, das movimentações pelos direitos à diversidade sexual, e das movimentações sociais pelo combate ao racismo que, de forma múltipla e/ou compartilhada, estimulavam e consolidaram estudos da interseccionalidade de gênero, sexualidade, raça e classe.

Depois de vários anos, pela terceira vez, (a primeira em 1984, a segunda em 2000), a Reunião será realizada na Universidade de Brasília. De 2000 para cá expandiram-se os programas de pós-graduação, departamentos e unidades que incorporam antropólogos/as em seu corpo docente e que incorporam conhecimentos antropológicos no seu ensino. Em especial, expandiu-se a incorporação de estudantes indígenas e de estudantes negros/as, pardos/as e de estudantes advindos das escolas públicas, nos cursos de graduação e nos de pós-graduação.

Contaremos com o apoio, não somente das áreas onde se congregam tradicionalmente os antropólogos/as, mas também dessas múltiplas áreas de ensino que na UnB se expandiram pela nucleação de estudos que incorporam a Antropologia nas áreas de saúde coletiva, artes visuais, educação e nos estudos que se dedicam aos povos tradicionais e questões ambientais.

Contaremos com o apoio relevante do Departamento de Antropologia e do seu Programa de Pós-graduação em Antropologia Social (PPGAS) criado o Mestrado em 1972, e, em 1981, o doutorado. O PPGAS se orgulha em manter os níveis mais altos da avaliação da CAPES através da prontidão contínua de seus/suas docentes e discentes.

Teremos o apoio do Instituto de Ciências Sociais (ICS), e de seus/suas docentes e discentes. Congrega os Departamentos de Antropologia (DAN), Sociologia (SOL) e Estudos Latino- Americanos (ELA). O ICS é responsável pelo curso de Ciências Sociais e suas habilitações em Antropologia (Bacharelado), Sociologia (Bacharelado) e



Ciências Sociais (Licenciatura) e pelos Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Programa de Pós-Graduação em Estudos Comparados sobre as Américas.

Teremos também o apoio do Centro de Desenvolvimento Sustentável (CDS), que oferece o curso de Mestrado em Sustentabilidade junto aos Povos e Terras Tradicionais (MESPT); o apoio da área de Saúde Coletiva da Faculdade de Ceilândia (FCE); da Faculdade de Saúde Coletiva (FS); da Faculdade de Educação (FE); do Instituto de Artes (IDA) e o forte apoio da Reitoria e da Administração Superior da UnB.

Brasília é um dos espaços que mais abriga antropólogos e antropólogas que desenvolvem atividades profissionais em órgãos do Estado, em órgãos da Justiça e do Ministério Público e em organizações não governamentais. Esse cenário permitirá sua forte contribuição aos debates e a maior visibilidade da área.

E, por fim, Brasília cada vez mais se apresenta como uma cidade com importância turística, ambiental, qualidade de vida e relevância dos movimentos sociais.

Um grande abraço de Boas Vindas,

Lia Zanotta Machado - Presidenta da ABA
Diretoria da ABA 2017/2018
Comissão Organizadora da 31ª RBA

Realização:



Apoio:



Organização:

